

CASA & CONSTRUÇÃO



Receita Federal cria espécie de "CPF" para imóveis urbanos e rurais

Gerente Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) anuncia na **Unicamp**, em Campinas, que a implantação deve estar concluída em até dois anos

Instituído por decreto (nº 8.764) em maio de 2016, o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) - uma importante ferramenta de gestão pública que integrará os cadastros e registros de informações de imóveis rurais e urbanos em um banco de dados especial - estará concluído em, no máximo, dois anos. O anúncio foi feito durante o "IV Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico: Regularização Simplificada", pelo auditor da Receita Federal e gerente do Sinter, Marco Antônio de Mello Breves.

"A partir de sua integração no Sinter, cada imóvel terá um número de identificação permanente, o Cadastro Imobiliário Nacional (CIN). Como a Receita Federal é a gestora do cadastro de identificação das pessoas físicas e jurídicas, estamos chamando essa identificação de 'CPF' do imóvel", explica.

Administrado pela Receita Federal, o Sinter fará o fluxo dinâmico de dados jurídicos produzidos pelos serviços de registros públicos, cadastrais e geoespaciais de imóveis urbanos e rurais produzidos pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

De acordo com Marcos Breves, o Sinter é um projeto estratégico do Ministério da

Fazenda, tendo a Receita Federal como principal gestora. "O Brasil possui uma multiplicidade de cadastros. Para os imóveis rurais no âmbito federal, temos os cadastros do Incra, da Receita Federal, da Secretaria do Patrimônio da União e do Ministério do Meio Ambiente. Para os imóveis urbanos, a prerrogativa constitucional de gestão dos cadastros é das prefeituras municipais e somam milhares em todo o país. Por isso, é preciso integrá-los - fazer com que conversem entre si para simplificar e agilizar a regularização dos imóveis."

Para o coordenador do Grupo de Governança da Terra do Instituto de Economia da Unicamp, professor Bastiaan Philip Reydon, o Sinter será uma ferramenta importante para melhorar a situação fundiária brasileira desde que atenda não apenas aos interesses da Receita, mas de todos que se preocupam com a questão da terra no país.

"O Sinter representa um importante passo para a governança de terras. O que ocorre hoje no Brasil, em termos fundiários, é que estão nascendo muitas crianças sem certidão de nascimento, sem saber quem são os pais, ou mesmo onde ou quando nasceram. O Sinter nos dará um número único para cada um", diz o professor fazendo uma



O Sinter fará o fluxo dinâmico de dados jurídicos produzidos pelos serviços de registros públicos, cadastrais e geoespaciais de imóveis urbanos e rurais

analogia entre o CIN e as certidões de nascimento.

Módulos

A implantação do Sinter se dará por módulos. O primeiro, ainda este ano, fará a integração do sistema com os cartórios

de registros de títulos e documentos. Depois, virão os cartórios de notas e os cartórios de registros de imóveis. Paralelamente, está sendo construída a plataforma para a integração entre todos esses cadastros.

O sistema deve estar em

pleno funcionamento até 2020. "O objetivo é melhorar a gestão de políticas públicas, uma vez que o projeto fornecerá um "mapa parcelário", propiciando uma ampla visão dos imóveis públicos e privados em todo o território nacional. Com

esse mapa, é possível fazer com que os equipamentos sociais, como postos de saúde ou escolas, por exemplo, sejam alocados seguindo critérios objetivos de necessidades populacionais - e não outros interesses".